

OS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA ESCOLA CRISTÃ NO CONTEXTO BRASILEIRO

JAIR GOMES DA SILVA¹

LÁZARA DIVINA COELHO²

RESUMO

Este artigo parte da ausência de uma filosofia educacional capaz de integrar, nas práticas pedagógicas da escola brasileira denominada cristã, os princípios cristãos sobre Deus, a vida, o homem e a natureza, com as disciplinas espalhadas nas várias áreas do conhecimento. Tem o objetivo de identificar a *escola cristã* como aquela que oferece um processo de treinamento e desenvolvimento da pessoa e de seus dons naturais da perspectiva cristã. Define educação e educação cristã, identifica as bases filosóficas da educação cristã na Filosofia da Educação, localiza as filosofias modernas presentes nas práticas educacionais da escola não cristã e da *escola cristã*, e apresenta um projeto de filosofia de educação cristã que tem a Bíblia como o livro da revelação do Deus criador como o fundamento de todas as áreas do conhecimento e como a ação que deve permear essas áreas para que o ensino seja, de fato, íntegro e seu conteúdo visto de uma perspectiva correta. A pesquisa conclui que a *escola cristã* distingue-se da escola não cristã devido a sua filosofia educacional. Os principais teóricos utilizados foram Portela Neto (2012) e Associação Internacional de Escolas Cristãs (2004).

Palavras-chave: Escola. Escola cristã. Educação. Educação cristã. Filosofia educacional. Filosofia educacional cristã.

ABSTRACT

This article, part of the lack of educational philosophy, is able to integrate the pedagogical practices of the Brazilian schools called Christian, Christian principles about God, life, man and nature, with subjects scattered in various areas of knowledge. It aims to identify the Christian school as one that offers a training process and development of the person and his natural gifts of the Christian perspective. It defines education and Christian education, it identifies the philosophical foundations of Christian education in Philosophy of Education, it finds the modern philosophies present in the educational practices of non-Christian schools and Christian schools, and has a Christian philosophy of education project that has the Bible as the book of the revelation from the creator God as the foundation of all areas of knowledge and as the action that should permeate these areas so that teaching is indeed whole and its contents viewed from the right perspective. The research concludes that the Christian school is distinguished from

1 Pastor, teólogo e especialista em Docência universitária pela Faculdade Fasseb. E-mail: jair@ministeriofama.org

2 Teóloga e doutoranda em Ciências da Religião na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: lazaracoelho@gmail.com.

non-Christian schools because of its educational philosophy. The theorists mainly used were Portela Neto (2012) and the International Christian Schools Association (2004).

Keywords: School. Christian school. Education. Christian education. Educational philosophy. Christian educational philosophy.

INTRODUÇÃO

Digo que corresponde a seus fins a escola que seja uma verdadeira oficina de homens: onde as mentes dos discentes sejam iluminadas pelo fulgor do saber para penetrar facilmente todas as coisas secretas e manifestas (como diz o livro de *Sabedoria*, VII, 17), onde os espíritos e suas paixões sejam encaminhados para a harmonia universal das virtudes, onde os corações ardam de amor pela divindade, de tal modo que nisso se inebriem e todos os que sejam mandados às escolas cristãs para serem educados na verdadeira sabedoria já se habituem aqui à vida celeste. (Comenius)

Os educadores estão na linha de frente da batalha travada pelas mentes, e eles têm que entender as principais estratégias filosóficas para que o envolvimento nesse conflito possa ter propriedade e eficácia. Essas estratégias são necessárias na medida em que treinamos estudantes a pensar corretamente e a participarem como membros ativos da sociedade. (Spears)

Este artigo trata dos fundamentos filosóficos da *escola cristã* no contexto brasileiro, e a escolha do tema tem dupla motivação: a importância da educação na sociedade brasileira e a necessidade de refletir sobre os fundamentos da educação cristã diante das muitas polarizações presentes na conjuntura brasileira. A educação ocupa, na sociedade atual,³ espaço nunca antes atingido.⁴ Três razões contribuem

3 Essa sociedade, pós-industrial, é conhecida pela expressão *sociedade da informação*, que é capaz de transmitir o novo paradigma técnico-econômico. Werthein afirma que se refere “[...] às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como ‘fator-chave’ [...] os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e telecomunicações”. (2000, p. 71).

4 Há opinião divergente quanto à permanência da importância da escola na sociedade atual: Philip H. Coombs, Roy C. Prosser e Manzoor Ahmed (1973, p. 10) defendem que “[...] a importância da escola e de seus métodos em relação a outros meios de educação no mundo atual tem diminuído, e não

para demonstrar sua relevância social: a acentuada atenção das autoridades, especialmente quando o assunto refere-se a projetos que assegurem os direitos dos cidadãos; o destaque presente nas reivindicações que partem das sociedades de classe e comunidades urbanas e rurais de todo o país; e a prioridade do tema – escola, ensino e educação – na família, a célula embrionária da sociedade, inclusive transformando a educação em parte essencial do orçamento familiar, e fazendo com que de sua criteriosa aplicação dependa o sucesso dos membros envolvidos. Essa demanda aponta para a função social da educação como formadora de sujeitos históricos, de forma que deve ser considerada na abordagem da educação cristã.

A educação cristã tem sua relevância marcada por sua capacidade de oferecer ao estudante um ensino de qualidade concomitante com uma visão cristã de mundo. Isso o ajuda a, criticamente, estabelecer a diferença e a oposição entre a visão cristã e a visão naturalista de mundo, desfazendo a pretensa dicotomia secular estabelecida entre fé e ciência. Além disso, dá-lhe a mesma formação acadêmica e lhe possibilita estabelecer-se em quaisquer áreas do conhecimento.

As polarizações mencionadas estão relacionadas diretamente às perspectivas pragmática e sectarista adotadas no ideário cristão nacional sobre educação, especialmente no protestante, levando a conclusões imprecisas sobre o que seja a *escola cristã*. No conceito pragmático, a educação cristã é vista de maneira bem variada: ora como educação cristã teológica ou religiosa; ora como discipulado ou ministração bíblica no contexto da igreja local; ora como educação eclesial ou mesmo compartilhamento de valores para o desenvolvimento humano; ora como o compartilhamento de valores necessários para o desenvolvimento do ser humano em todas as áreas de sua existência; ora como os conteúdos ensinados em escolas ligadas a uma igreja ou a uma denominação cujos sinais de Cristianismo são, tão somente, o nome bíblico da instituição e a aplicação de regras evangélicas de conduta, como a oração, a leitura e a memorização de versículos da Bíblia (LOPES, 2003; LOPES, 2010; SANTOS, 2008). Porém, apesar de subjazer uma visão ou outra, as mencionadas acima não constituem a educação cristã, pois ela é anterior e fundamental a qualquer desenvolvimento, inclusive à existência da própria *escola cristã*.

aumentado". (COSTA, 2014, p. 436).

Quanto ao conceito sectarista, a educação cristã é tida como um tipo totalmente dissociado da educação, sendo esta considerada como área maior do conhecimento. A causa para isso é que, no conceito geral de educação, o centro educacional é o ser humano, como explica Saviani (2007, p. 59): “[...] o sentido da educação, a sua finalidade, é o próprio homem, quer dizer, a sua promoção”. Porém, na concepção cristã da educação, o centro educacional é Deus: a origem, o sentido e a finalidade da educação cristã é Deus, isto é, a sua glorificação⁵ (LOPES, 2010, p. 108-109). Isso faz grande diferença na concepção filosófica da educação cristã, pois admitir a pessoa de Deus como o centro educacional implica em adotar a concepção bíblica de natureza humana pecaminosa que justifica a opção da educação cristã em favor da criatura, o homem, ou do criador, Deus (AQUINO *apud* LAYMAN, 2004; LOPES, 2010).

E quando a opção é pelo conceito teocêntrico, que considera que toda verdade é verdade de Deus, não há distinção entre educação secular e educação cristã, o que é público e notório na própria realidade humana: da mesma sala de aula provêm “[...] o ministro, o servidor civil e o leigo”, já afirmava João Calvino nos idos do século XVI (*apud* TAYLOR *apud* FERREIRA, 1990, p. 194).

Posto isso, cabe apresentar a metodologia da pesquisa e o referencial teórico que subjazem o trabalho. A pesquisa, que tem finalidade básica e objetivo exploratório, orienta-se pelo procedimento bibliográfico, abordando o objeto em estudo “[...] a partir de material já elaborado e disponível na forma de livros, artigos científicos, periódicos [...]” (MENDONÇA; ROCHA; NUNES, 2008, p. 37). Quanto ao referencial teórico, é duplo: o primeiro é Francisco Solano Portela Neto em *O que estão ensinando aos nossos filhos?* (2012), que apresenta o cenário atual, indica uma alternativa plausível e propõe um modelo teórico de educação cristã; e o segundo é a Associação Internacional de Escolas Cristãs, com a coletânea *Fundamentos Bíblicos e Filosóficos da Educação Cristã* (2004), que discute a filosofia da educação, as filosofias modernas e traz à tona os fundamentos bíblicos para uma filosofia cristã da educação.

1 UMA BREVE REVISÃO DA EDUCAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL

⁵ Na concepção cristã, cujo centro educacional é Deus, “[...] o conhecimento é corrompido pelo pecado que centra sua atenção no homem, em vez de ressaltar a glória de Deus e a redenção dos que lhe pertencem”. (LOPES, 2010, p. 108)

A educação cristã foi considerada desde os primórdios da história do Brasil, quando a educação religiosa foi implantada no país pela *Companhia de Jesus* (1549), no processo de colonização.⁶ Essa educação era cercada de tradições rudimentares da Igreja que a implementava, de muitos interesses opostos ao ensino bíblico e de insubmissão direta à própria Bíblia, embora usasse sua autoridade para fazer cumprir interesses diversos. Segundo Meister (*apud* PORTELA NETO, 2012, p. 16): “A cultura judaico-cristã que ainda domina a cultura brasileira foi distorcida [naquele período] para acomodar o pensamento, a religião e os valores morais de muitas classes que vieram tomar posse da *terra brazilis*”.

Outra vertente do Cristianismo que atuou na educação cristã no Brasil foi a protestante.⁷ Isso aconteceu já no início da chegada do Protestantismo missionário, que estabeleceu escolas dominicais (a primeira foi fundada em 1855, pelos congregacionais) e paroquiais (a primeira foi fundada em 1868, pelos presbiterianos) junto a cada igreja fundada. A educação, em bases cristãs, também foi sendo oferecida nos grandes colégios à medida que iam sendo fundados em solo brasileiro: a Escola Americana, posteriormente Mackenzie College e hoje Universidade Mackenzie, começou suas atividades em 1870 e foi a primeira dessas instituições a ser fundada nessa perspectiva; onze anos depois foi inaugurada a segunda escola com esse perfil, o Colégio Piracicabano.⁸ A primeira tem origem presbiteriana e a segunda, metodista.

Sobre essa atividade, o historiador protestante registra:

6 A educação foi, a partir do séc. XVI, uma ferramenta muito importante na defesa dos interesses da Igreja Católica, especialmente em reação ao Protestantismo recém-nascido. É, portanto, fruto de um Catolicismo conhecido como ultramontano (forte defensor da autoridade papal), tridentino (apegado à ortodoxia do Concílio de Trento) e antiprotestante (MATOS, 2008).

7 Uma discussão sobre a relação entre o Protestantismo e a Educação, ver discussão preliminar no artigo *O Colégio Protestante de São Paulo*, escrito por Alderi de Sousa Matos e publicado no site do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper (1989, s/p), que situa a intensificação do interesse pela educação, por parte da Igreja, na chamada *Segunda Reforma*, isto é, no movimento calvinista: “João Calvino valorizava de tal maneira a educação cristã que, ao elaborar a constituição da igreja reformada de Genebra, no documento conhecido como Ordenanças Eclesiásticas, incluiu entre os quatro ofícios da igreja aquele dos mestres ou doutores, os homens que deviam estudar e ensinar as Escrituras. O reformador francês culminou a sua obra em 1559 com a criação da Academia de Genebra, uma escola em três níveis – primário, secundário e superior – que visava educar a infância e a juventude e também preparar os futuros líderes das igrejas reformadas. Outras tradições da reforma também deram importantes contribuições para a educação, como foi o caso dos pietistas e sua universidade em Halle, Alemanha. Já a Igreja Morávia deu ao mundo a figura notável de João Amós Comênio, o maior educador protestante do século 17.”

8 Matos acrescenta, daqueles primórdios que, além da Escola Americana, ou Mackenzie College, em São Paulo, outras escolas podem ser mencionadas: “Colégio Internacional (Campinas), Colégio Piracicabano, Colégio Granbery e muitos outros” (1999, s/p)

Historicamente, as igrejas protestantes têm feito as duas coisas amplamente: têm anunciado a mensagem cristã e também têm criado escolas, proporcionando assistência médica, desenvolvendo projetos agrícolas e feito uma série de outras coisas na área social ou de promoção humana. Destas últimas, a educação não só é a mais importante e influente, mas é também aquela que apresenta um maior potencial para conflitos e controvérsias. (MATOS, 1999, s/p).

Essas escolas, oriundas do Protestantismo de missão, trouxeram inovações e refletiram preocupações missionária e redentiva para o processo educacional.

Porém, no decorrer do tempo, o sistema tradicional brasileiro, assim como o mundial, sofreu uma mudança radical que afetou a educação. O desempenho do mundo imerso em processo de globalização trouxe conceitos educacionais, naturalistas em suas bases, que invadiram o sistema educacional tradicional brasileiro de forma que, da universidade, veio a exigência de uma educação para uma nova realidade na qual o cidadão deveria ser autônomo, livre. Além disso, “[...] problemas como falta de planejamento, investimentos, corrupção e desvio de verbas” (apud PORTELA NETO, 2012, p. 16) levaram a educação do país ao colapso. Um exemplo disso é que o aluno brasileiro tem tido um dos piores desempenhos no *ranking* mundial do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA).⁹ Há, claramente, uma crise de resultados na escola brasileira.

Na trajetória em descrição, surgiu a escola laica que foi confundida com escola atea (assim como ocorreu na confusão entre estado laico e estado ateu). Essa confusão se deu, inicialmente, pelos órgãos reguladores da educação nacional e, hoje, também por professores e gestores acadêmicos, trazendo grandes prejuízos à mentalidade da escola cristã:

Nesse processo as escolas de origem cristã protestante praticamente perderam sua identidade e quaisquer elementos distintivos na sua pedagogia. Passaram a adotar como modelos de excelência os mesmos modelos ensinados nas universidades, sem críticas e sem questionamentos, não percebendo que nas bases fundamentais destes modelos e teorias pedagógicas encontrariam pressupostos absolutamente anticristãos. (MEISTER, apud PORTELA NETO, 2012, p. 17)

Se na escola secular a crise é de resultados, na cristã é de identidade. Essa crise (de resultados e de identidade) tem, também, uma raiz profunda: a filosofia de

⁹ Ver resultados na página referente ao PISA no Portal do Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Anísio Teixeira (INEP).

educação recebida e empregada, que reflete diretamente no cotidiano da vida do brasileiro, no seu lar, no seu trabalho, no seu lazer, na sua igreja.

Quando se fala de educação cristã, por exemplo, não se encontra uma base teórica sobre a qual o educador cristão possa refletir a educação cristã e desenvolver métodos e sistemas de ensino com sólida fundamentação da perspectiva da cosmovisão cristã (MEISTER *apud* PORTELA NETO, 2012).

Esse tema começa a ser desenvolvido no próximo tópico.

2 A ESCOLA E A ESCOLA CRISTÃ

A *escola cristã* é aquela que oferece a educação cristã, conforme delineada acima, em seu processo educacional de ensino e aprendizagem. O processo educacional pode ocorrer de modo informal,¹⁰ não-formal¹¹ e formal (COMBS; PROSSER; AHMED *apud* COSTA, 2014, p. 437; PAZMIÑO, 2008, p. 85).

Essa pesquisa, ainda que considerando o valor extraordinário dos demais modos (informal e não-formal), coloca seu foco na educação cristã formal, cuja base é o tipo de educação-intencional que se refere a “[...] processos orientados explicitamente por objetivos e baseados em conteúdos e meios dirigidos a esses objetivos.” (LIBÂNEO, 2010, p. 92)¹²

A educação formal é definida como “[...] aquela que assume os contornos de disciplina convencional ‘dada de modo ordeiro, lógico, planejado e sistemático’, a qual é diretamente associada ao ambiente escolar” (SANTOS, 2008, p. 155); e a associação da educação formal com o ambiente escolar configura-se no fato de que aquela “[...] tem, como local de ocorrência principal, o ambiente escolar”¹³, a escola propriamente dita (GADOTTI, *apud* COSTA, 2014, p. 440). Desse modo, a educação cristã no modo formal, objeto deste trabalho, encontra-se circunscrita à escola, em especial, à *escola cristã* que é onde se desenvolve a educação cristã formal.

10Esse tipo de educação é vivencial, pois acontece na mediação da experiência do cotidiano, e é derivado “[...] da experiência diária da pessoa, que pode ser tanto positiva como negativa”. (SANTOS, 2008, p. 156).

11 É aquele tipo caracterizado pelo fato de que “[...] o aprendizado ocorre pela socialização do indivíduo em diferentes grupos sociais”. (SANTOS, 2008, p. 156).

12 Essa perspectiva – educação-intencional – é explícita na definição de *educação cristã*, de George (1993), na qual ela a define como um processo deliberado e intencional.

13 A educação formal “[...] responde a uma gerência normalmente centralizada e que se organiza através de uma estrutura hierárquica, burocrática, que atua em nível nacional. Tal estrutura faz-se percebida através dos currículos e dos órgãos fiscalizadores do ministério da educação”. (COSTA, 2014, p. 440).

2.1 A ESCOLA

Cabe, porém, uma observação sobre a escola, aqui caracterizada como não cristã meramente em distinção do termo *escola cristã*. O vocábulo deriva do grego *schola*, e significa, etimologicamente, o *lugar do ócio*, e seu estabelecimento resulta do processo de institucionalização da educação como correlato do processo de surgimento da sociedade de classes. Desde a sua origem, a instituição educativa recebeu o nome de escola e, já na Antiguidade, começou a passar pelo processo de depuração, complexificação e alargamento “[...] até atingir, na contemporaneidade, a condição de forma principal e dominante de educação, convertendo-se em parâmetro e referência para se aferir todas as demais formas de educação”. (SAVIANI, 2005, p. 31)

No Brasil, a educação que se realiza na escola é disciplinada por leis. A escola não cristã, assim como a cristã, é disciplinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e por um grande aparato jurídico que estabelece o marco legal da educação nacional. Observa-se, nessa pontuação do marco legal, que a legislação educacional tem origem na criação do Ministério da Educação e da Saúde, em 1930. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação surgiu 30 anos mais tarde, a Lei nº 4.024/1961; uma década depois, foi promulgada a segunda, a Lei nº 5.692/1971; e, após 25 anos da segunda lei, foi promulgada a terceira e atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei nº 9394/1996.

De acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 1º da atual Lei, que trata da abrangência dos processos formativos reconhecidos pelo Estado brasileiro, fica estabelecida a relação entre a educação e a escola: “Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.”

A Lei traz, também, espaço para o ensino religioso e o trata como “[...] parte integrante da formação básica do cidadão” constituindo-se em “[...] disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”, ainda que vedando a sua obrigatoriedade e todas as formas de proselitismo (Art. 33). Além disso, nomeia o ensino confessional como uma das categorias do ensino privado:

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: [...] III - confessionais, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas [...].

Os instrumentos legais, ora expostos, são considerados os pilares de sustentação legal para todo sistema educacional, incluindo a educação no âmbito de uma *escola cristã*, haja vista não ser a educação cristã um sistema entre os demais, pois passa por todos os crivos pertinentes ao tema.

2.2 A ESCOLA CRISTÃ

A *escola cristã* é uma instituição cuja filosofia educacional é cristã, sua concepção epistemológica parte do entendimento que o verdadeiro conhecimento procede de Deus e o tem como causa última; sua oferta de educação é genuinamente cristã. Sua teorização, objetivos e operacionalização decorrem da educação cristã e é na estreita relação entre ambas que está sendo tratada.

De outra perspectiva, “A escola cristã é aquela que oferece um processo de treinamento e desenvolvimento da pessoa e de seus dons naturais à luz da perspectiva cristã da vida, da realidade, do mundo e do homem” (LOPES, 2008, p. 1) Para atender a esse objetivo, desenvolve um programa educacional no qual o currículo, a didática, as atividades acadêmicas etc. devem refletir explicitamente a mentalidade cristã. Isso significa que a adoção das teorias e filosofias do desenvolvimento humano e da educação deve considerar sua capacidade de refletir “[...] o ensino bíblico sobre o homem como imagem de Deus”; e que o ensino de todas as disciplinas, como “[...] ciências, história, comunicação, sociologia, etc.” parte dos pressupostos cristãos (LOPES, 2008, s/p).

Lopes (2008) traz dois itens nos quais a escola cristã pode ser identificada: a metodologia de educação e o processo educativo. A metodologia é adotada, intencionalmente, com base nos fundamentos do Cristianismo. Procura encontrar espaço para o sobrenatural, em oposição às coisas naturais; enxergar os acontecimentos na história, da ótica da providência do Criador; olhar o mundo e identificar nele os atos do Criador; perceber a presença do mal; estar convicto da existência da verdade; e preocupar-se com as pessoas.

Além do mais, o resultado do processo educativo de uma *escola cristã* deve evidenciar legado prático, conforme Cope (2011, p. 131): “[...] Deus reforça o conceito de que o conhecimento é demonstrado através de ações, a fé através de obras, o aprendizado através de crescimento e a sabedoria através do amor”. Essa linha de raciocínio reforça os pressupostos já expostos de que uma escola cristã, ao lançar mão de todos os recursos disponíveis, aliados aos conceitos de uma visão cristã de criação, realidade e vida, forma um cidadão capaz de expressar, na vida prática, as virtudes de cidadão ideal.

Portanto, uma *escola cristã* é uma escola cuja natureza pode ser identificada em sua filosofia educacional, em sua concepção epistemológica sobre a origem e o fim do conhecimento, e em sua oferta de educação ao cliente. Sua mentalidade é fundamentada em uma cosmovisão cristã de educação.

A mentalidade cristã reflete-se em pressupostos educacionais, ou seja, em um “[...] conjunto de crenças, premissas e pré-convicções que criam avenidas pelas quais o entendimento, o conhecimento e o aprendizado se processam” (LOPES, 2003, p. 52) E essa mentalidade controla o processo educacional, conforme já mencionado, por meio da opção curricular, da bibliografia, do corpo docente, do ensino, da metodologia etc. Esse controle, próprio da natureza da educação, ocorre a partir dos pressupostos adotados pela academia, seja ela cristã ou secular.

Lopes (2003, p. 52) exemplifica isso com a academia secular. Segundo o autor, caracterizada pelo Humanismo, ela “[...] pressupõe que o universo é um sistema fechado de causa e efeito, governado por leis fixas e universais. Estas leis só podem ser estabelecidas pelo sistema empírico de observação, experimentação, e formulação de hipóteses”. Isso significa que pressupostos cristãos, não submissos a esse sistema de verificação, são excluídos da academia. Ele explicita:

Pressupostos têm que ficar de fora, especialmente os pressupostos cristãos, que professam que o universo é regido por leis criadas por Deus, e que este Deus pode interferir nelas (milagres), guiar a história (providência) e mesmo comunicar-se com o homem (revelação). (LOPES, 2003, p. 52)

De fato, a academia secular procura expender tudo, inclusive a origem do homem, o funcionamento do universo e a realidade do homem e de suas relações sociais, por meio de “[...] explicações sociológicas, psicológicas, históricas, e econômicas” (LOPES, 2003, p. 52)

Do outro lado, a *escola cristã* adota, intencionalmente, uma mentalidade moldada pelos pressupostos que fundamentam o Cristianismo. Essa mentalidade subjaz os processos educacionais que são orientados explicitamente por objetivos a serem atingidos pela oferta de conteúdos definidos para esse fim. Na prática, procura expender a origem do homem, o funcionamento do universo e a realidade do homem e de suas relações sociais, por meio de explicações teológicas cujo lastro teórico-prático encontra-se nas Sagradas Escrituras do Cristianismo, a Bíblia.

Lopes traz alguns desses fundamentos que indicam a intencionalidade cristã na escola e regulam sua prática educacional:

[A escola deve] ser orientada pelo sobrenatural (em oposição ao naturalismo); ver a vida da perspectiva da eternidade, do céu e do inferno; ver a história da perspectiva da providência de Deus; ver o mundo da perspectiva da Criação; ter consciência da presença do mal; reconhecer a corrupção íntima e inerente da raça humana, como raiz de toda sorte de males; afirmar a existência da verdade; aceitar a autoridade das Escrituras; preocupar-se com as pessoas. (2003, p. 52)

A *escola cristã* é, então, uma instituição educacional que ensina quaisquer conteúdos (Língua Portuguesa, Matemática, História, Sociologia, Filosofia etc.) em todas as áreas do conhecimento (Ciências Humanas, Exatas, Sociais, Comunicacionais etc.) da perspectiva de uma mentalidade cristã que, por sua vez, é concebida pelo ensino bíblico. É, desse modo, uma escola que reflete a integração entre a educação e os conceitos bíblico-cristãos, entre o ensino e a fé cristã, e que, por isso, promove a educação cristã.

A *escola cristã* oferece educação cristã do entendimento que o verdadeiro conhecimento procede de Deus e o tem como causa última, no alvo de glorificar a Deus. Ela tem, diretamente, dois propósitos: a) humanizar o homem, conforme a concepção de educação cristã no âmbito do conceito geral de educação e b) fazer do homem *paraíso de delícias do Criador*, na medida em que lhe mostre o caminho para que sirva e glorifique o nome de Deus e, assim, encontre sua própria felicidade (COMENIUS, 1997). Ela atende a esses propósitos observando os princípios norteadores da educação cristã.

3 A EDUCAÇÃO CRISTÃ

A educação cristã, como forma particular de educar, será definida paulatinamente, começando pela compreensão dos termos educar e educação, que foram dicionarizados na Língua Portuguesa no séc. XVII. A origem de ambos é latina: *educare*, educar, cuja ideia original é conduzir, levar; tem, também, o sentido de tirar de, retirar, criar, ter cuidado com, instruir; enfim, significa promover a educação através da transmissão de conhecimentos, instruir; e *educatione*, educação, que significa o ato ou o processo de educar, que leva ao “[...] desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral” da pessoa (FERREIRA, 1999, p. 718)

Como ser educável, o homem é continuamente atualizado com informações que contribuem para a mudança de valores e comportamentos, reforçando ou alterando tais valores e comportamentos anteriormente aprendidos. Nesse entendimento, a educação é vista como o processo gradual e cumulativo que prepara o indivíduo para viver em sociedade, promovendo o modelo de homem ideal com todos os seus valores culturais, éticos, sociais e religiosos (COSTA, 2013, p. 29-30). Em síntese, educador e educando, o sujeito e o objeto do verbo educar, unem-se no nome educação.

Quanto à educação cristã, pode ser delimitada, a partir das considerações já colocadas, como a instrução formal e processual feita da perspectiva do Cristianismo para o desenvolvimento da pessoa e de seus dons.¹⁴ Essa instrução, por ser formal, tem objetivos claros e específicos, tem dependência direta de uma diretriz educacional centralizada no currículo etc., e estruturas hierárquicas e burocráticas determinadas pelo órgão regulador da educação nacional (GADOTTI, 2005). E, por ser um processo contínuo ao longo da vida, que ocorre em várias e progressivas etapas, não tem espaço¹⁵ ou tempo¹⁶ definidos nem público específico¹⁷ de realização, mas tem deliberação e intencionalidade com objetivo a ser alcançado.

14 Como disciplina pode-se considerar a educação cristã como “[...] o esforço deliberado, sistemático e sustentado, divino e humano, de compartilhar ou adquirir conhecimento, valores, atitudes, habilidades, sensibilidades e comportamentos que compõem ou são compatíveis com a fé cristã”. (PAZMIÑO, 2008, p. 89)

15 Ocorre em qualquer lugar (no lar, no trabalho, na igreja, na rua etc.), ainda que neste artigo o foco seja a educação cristã formal que ocorre no âmbito da instituição escola.

16 Ocorre o tempo todo, pois é um processo contínuo de crescimento que acontece do nascimento à morte de cada indivíduo.

17 O público da educação cristã é determinado por seu objetivo de desenvolver pessoas e seus dons.

Refere-se “[...] à designação da instrução, em todas as áreas de conhecimento, que é ministrada sob o reconhecimento do Deus Criador e daquilo que nos é revelado em sua Palavra sobre os seus atributos e nossas pessoas” (PORTELA NETO, 2012, p. 132). Nesse sentido, afirma George, é “[...] um processo deliberado e intencional pelo qual Cristo é formado nas pessoas, visando a transformação, formação e crescimento da pessoa toda [...] em todo o tempo” (1993, p. 16).

Quanto à perspectiva de Cristianismo que caracteriza a sua realização, significa que a educação cristã lê e ensina todas as áreas do conhecimento a partir da cosmovisão cristã, isto é, da mentalidade cristã adotada pela instituição escolar, cujo fundamento é a Bíblia Sagrada. Dois usos do texto bíblico, na definição da teologia da educação cristã, exemplificam essa afirmação. O primeiro deles é apresentado por George (1993), que utiliza o texto bíblico do livro de Deuteronômio (6.5-7), no qual há uma ordem expressa no discurso dirigido ao povo de Israel, a respeito dos mandamentos deixados por Deus sobre a obrigação de educar os filhos, vivendo e ensinando-lhes, em resumo, dois mandamentos: amar a Deus (ARA, 1995, vv. 5-6) e inculcar as palavras ordenadas por ele falando aos filhos, em todos os momentos (v. 7).

Lopes (2010), também, utiliza o texto bíblico de Esdras (7.10), para apresentar um modelo de educação utilizado pelo mestre hebreu como exemplo de como ensinar a vontade de Deus à sociedade: a) preocupação e atitude no sentido de examinar a Palavra de Deus antes de ensiná-la; b) compulsão em ensinar para a vida, isto é, para que o ensino resulte em comportamento prático; e c) intenção de levar o educando a voltar-se para o ensino.

O texto sagrado apresenta, também, os eventos do mundo e os atos de Deus para que os educadores cristãos possam enxergar, nos relatos históricos, as formas educativas; os fatos nele narrados servem como *aio* para o presente, identificando pressupostos, propósitos e alvos da educação cristã. Apresenta, ainda, as metodologias utilizadas no passado bíblico para demonstrar a ação educativa ali ocorrida e a possibilidade de adaptá-las às realidades atuais. Alguns exemplos de perguntas justificam essa asserção e indicam o caminho: O que causou o despertar para as formas educativas do passado e quais foram os resultados? Como relacionavam a cultura com a fé e como educavam? Como eram tratadas as

necessidades das pessoas e quais atitudes formativas eram impostas nessas circunstâncias? Quais eram os conceitos e visões dos processos educativos? Esses desenvolvimentos podem ser contrastados com as filosofias da escola cristã no país e como elas diferem entre grupos religiosos e sociedade em geral (PAZMIÑO, 2008).

Pelo exposto, percebe-se o ensino do dever de amar a Deus e o de ensinar as leis aos filhos, bem como a demonstração da ação educativa ocorrida no passado, com suas metodologias, para instruir a ação educativa do presente.

Quanto ao lugar da educação cristã, fica estabelecido quando ocupa posição notável na Bíblia, onde é tema relevante e fundamental. Os princípios que oferecem fundamento ao conceito bíblico do tema oferecem, também, o tom do espaço dedicado à educação cristã pela revelação divina:

- 1) A Bíblia é o livro didático que deve nortear todo o conteúdo educacional, de maneira que o mestre cristão deve estar consciente de que sua tarefa é ensinar a doutrina bíblica.
- 2) Deus é apresentado na Bíblia como educador, do qual deriva toda a autoridade dos demais educadores [STRECK].
- 3) Jesus é apresentado como o Mestre, do qual todos os demais só podem ser discípulos.
- 4) A educação cristã tem como finalidade conduzir o homem ao temor, ao amor e a ensiná-lo a guardar as ordenanças de Deus.
- 5) A educação cristã prioriza a responsabilidade dos pais [STRECK]. (LOPES, 2010, p. 128)

Quanto aos fundamentos da educação cristã, Lopes (LOPES, 2010, p. 112-129) acrescenta dois ao que vem sendo exposto. Antes de tudo, que a Bíblia é a Palavra inspirada por Deus e, por isso, sua mensagem é central, tendo, desse modo, muito a dizer sobre educação cristã e, portanto, deve nortear toda a educação; e, em segundo lugar, que seus escritores oferecem amplo lastro semântico com termos e correlatos correspondentes ao usado em culturas não hebraicas, para se referirem à responsabilidade sagrada de educar: *didáskō*, ensinar; *katecheō*, informar; *paradídōmi*, legar, passar adiante, transmitir; *epaideuō*, criar, instruir, treinar, educar.

Na verdade, a perspectiva cristã da educação é o traço fundamental da teoria e da prática da educação cristã. Esse entendimento tem, como base, a convicção de

que qualquer disciplina, formal ou informal, pode ser abordada e ensinada dessa perspectiva; basta, para isso, que seu estudo parta “[...] das pressuposições bíblicas sobre o Criador, o homem e a natureza” (SANTOS, 2008, p. 157).

Essa integração da cosmovisão cristã tem o objetivo de desenvolver a pessoa e seus dons naturais de acordo com a mentalidade cristã em relação à vida, à realidade, ao mundo e ao próprio homem (LOPES, 2003, p. 51; MACCULLOUGH, 2005, p. 4ss). Isso, em consonância com o apóstolo Paulo em carta dos idos do séc. I d. C., estabelece a própria doutrina da educação cristã¹⁸ (2Tm 3.14-17), de modo que, na atualidade, pode-se dizer que a educação cristã, em caráter funcional, “[...] existe para a formação espiritual, para a construção do caráter, bem como da integridade intelectual e acadêmica (para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça) de todo homem de Deus” (MEISTER, 2014, p. 18), ou seja, um processo de crescimento que envolve a pessoa integralmente.

O exemplo perfeito dessa finalidade atingida é Jesus Cristo e está registrado pelo evangelista Lucas em documento escrito no final do séc. I d. C.. Segundo o escrito, Jesus crescia “[...] em sabedoria, estatura e graça diante de Deus e dos homens” (Lc 2.52). Isso significa que ele passou pelas mesmas etapas do desenvolvimento de qualquer ser humano, isto é, crescia em sabedoria (crescimento intelectual), estatura (crescimento físico) e graça (crescimento espiritual). George (1993, p. 16-18) esmiúça esses advérbios que complementam o verbo crescer, no texto de Lucas, e extrai o seguinte desenvolvimento que a educação cristã deve promover no ser humano: intelectual (dimensão da mente), emocional (dimensão do afeto), espiritual (dimensão mística da vida) e social (dimensão do comportamento).

Portanto, a educação cristã busca o desenvolvimento da pessoa e de seus dons assim como o conhecimento da realidade, do mundo e do homem sob a perspectiva da mentalidade cristã. Presume-se então que, além dos conteúdos, a educação cristã promove um arcabouço de experiências significativas, a construção de valores e as experiências pessoais para a vida toda.

18 A educação está bem documentada na Bíblia. Primeiramente, a educação no lar, segundo a instrução clara do Antigo Testamento; posteriormente, a educação eclesial, também claramente orientada no Novo Testamento. Na sociedade contemporânea, porém, existe a instituição da escola, que se desenvolve por diferentes níveis até alcançar os estudos de pós-doutoramento (no Brasil, sob diretrizes da LDB, a Lei 9394/1996), e as escolas de instrução teológica (no Brasil, sob diretrizes da LDB e, particularmente, a partir do Parecer MEC/CNE 241/1999), cuja orientação se encontra nas páginas das Escrituras de maneira indireta e na extensão do mandato cultural.

Outra característica específica da educação cristã é que ocorre pela via do conhecimento humano da origem e da causa última do conhecimento verdadeiro, que é Deus. Por isso, tem a indubitável tarefa “[...] de mostrar que o conhecimento real ou verdadeiro procede de Deus e tem sua causa última nele”. Isso demonstra que, pela educação cristã, o homem de fato pode conhecer “[...] a Deus, a si mesmo e ao mundo, o que resulta na glorificação” a ele e em seu próprio desenvolvimento pessoal bem como no desenvolvimento da sociedade. (LOPES, 2010, p. 109-110).

De forma mais específica, educação cristã é “[...] a tentativa de organizar sistematicamente o pensamento quanto à educação conforme os ensinamentos bíblicos que constituem a fé cristã ortodoxa” (DEJONG, *apud* LOPES, 2008, p. 157). Estabelece-se, na educação cristã, o fim da *escola cristã* e, conseqüentemente, sua tarefa.

3.1 OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

A educação, assim como outras áreas do conhecimento, é devedora a outras ciências que lhe fornecem os fundamentos através de conceitos essenciais. São cinco as ciências fundamentais à educação: Filosofia, Psicologia,¹⁹ Sociologia,²⁰ Antropologia²¹ e História;²² além dessas, outros campos de conhecimento, gerados

19A *Psicologia*, surgida em 1879, na Alemanha, refere-se ao campo que compreende o estudo científico dos processos interiores e do comportamento dos homens e dos animais. Os experimentos e estudos surgidos em seu seio trouxeram contribuição imensurável para o campo educacional. Um exemplo disso pode ser visto no estabelecimento dos conceitos de percepção, consciência, cognição e afetividade. Em suma, a Psicologia foca sua atenção “[...] nas questões internas do sujeito e isso auxilia o educador a compreender os processos particulares de cada aluno”. (COUTINHO; PADILHA, s/d., p. 5)

20 A *Sociologia*, surgida no início do séc. XIX como uma resposta acadêmica à realidade do mundo moderno, é a ciência ocupada em estudar relações entre as pessoas que vivem em comunidade, grupo social e/ou em diversos grupos sociais. Segundo um de seus fundadores, Émile Durkheim (1858-1917), o homem só não é um animal selvagem porque começou a viver em sociedade e isso lhe permitiu a aprendizagem de hábitos e costumes característicos de seu grupo social, possibilitando a convivência no seu meio (1972). Essa teoria básica foi desenvolvida por meio de conceitos criados por Durkheim, como *fato social* e *anomia*. A compreensão e o pré-estabelecimento de um *fato social*, na comunidade de estudantes, gera uma interpretação correta e, por conseguinte, bons relacionamentos entre as pessoas; e a transposição de ideias como *anomia* para a Educação é um caminho bem direto: a sala de aula, como espaço de socialização, depende de atenta dedicação à elaboração de normas que garantam seu bom funcionamento de forma que o alunado se perceba como sujeito que tem direitos e deveres e convivência solidária com seus pares (COUTINHO; PADILHA, s/d, p. 6).

21 A *Antropologia*, como ciência social, surgiu no início do séc. XIX. Consiste no estudo do ser humano e do que lhe é característico, propondo-se a descrever e analisá-lo com base nas características biológicas e socioculturais de diversos grupos, com ênfase nas diferenças e variações estabelecidas entre eles. No contexto educacional, conceitos antropológicos como o de *cultura* e o de *estereótipo* dão subsídios para que os educadores avaliem que tipo de práticas culturais tem sido desenvolvido em suas salas de aula e em ambientes educacionais como um todo. Acrescenta-se que uma das maiores contribuições da Antropologia à Educação “[...] é o respeito às diferenças culturais e à diversidade de um modo geral.” (COUTINHO; PADILHA, s/d, p. 8).

22 *História* é uma ciência humana que se ocupa do estudo dos fatos e acontecimentos ocorridos na vida dos povos. “Compreende o conjunto de conhecimentos e fatos adquiridos através e/ou mediante documentos, acerca da evolução do

pelo diálogo entre estas, igualmente se transformaram em fundamentos para a educação: a Filosofia da Educação, a Psicologia Social²³ e a Psicopedagogia,²⁴ dentre outros. Estes campos, de igual forma, dão suporte para a educação no momento em que a relação/aproximação entre as ciências (interdisciplinaridade) é uma tendência inegável. Juntas, fornecem conceitos que são pertinentes e indispensáveis para a compreensão dos fenômenos educativos.

Segue-se uma exposição da Filosofia, como ciência fundamental por excelência, e da Filosofia da Educação, como um segundo campo de conhecimento igualmente fundamental às teorias e práticas educacionais.

3.1.1 A Filosofia

Filosofia é

[...] uma reflexão crítica sobre os procedimentos e conceitos científicos; é a decisão de não aceitar como óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores e os comportamentos de nossa existência cotidiana, sem antes investigá-los e compreendê-los. (CHAUÍ, 2000, p. 16).

A dependência da Filosofia por parte da educação se estabelece quando esta procura selecionar práticas educativas desejáveis para responder ao perfil objetivado pela escola, seja ela cristã ou não cristã: “Que tipo de ser humano a escola pretende formar?”. Essa questão remete diretamente à Filosofia, pois é o campo que comporta “[...] as grandes perguntas de essência, isto é, aquelas que

passado da humanidade até os dias de hoje e permite realizar projeções sobre o futuro” (COUTINHO; PADILHA, s/d, p. 8). Sua importância, na área educacional, está em ajudar a compreender e a lidar com o presente numa perspectiva de projetar o futuro, pela compreensão do passado, além de ser elemento essencial no processo de construção da identidade pessoal, social e nacional de um povo. Além disso, possibilita a compreensão da lógica das identidades múltiplas e ajuda a desenvolver a consciência de que não existe mudança sem história; e, principalmente, ajuda os educadores a perceberem os seus alunos enquanto sujeitos produtores de história e de cultura, ao mesmo tempo em que são produzidos na cultura em que estão inseridos (COUTINHO; PADILHA, s/d, p. 8).

23 A *Psicologia Social* surgiu para estabelecer uma ponte entre a Psicologia e a Sociologia; seu objeto de estudo é o comportamento dos indivíduos em estado de interação. No contexto da Educação, “[...] oferece ao professor uma série de estudos, conceituações e pesquisas que facilitam a leitura da dinâmica [...] das relações docentes e discentes, a identificação dos diferentes tipos de lideranças, os processos competitivos e de submissão, os tipos de mensagens desenvolvidas no grupo [...], propiciando adequação de dinâmicas grupais que direcionem o grupo para um melhor nível de interação e aprendizado” (CARPIGIANI, 2002, p. 92).

24 A *Psicopedagogia* é uma área formada pela convergência da Psicanálise (Freud), Psicologia Social (Pichón-Rivière) e Epistemologia Genética (Piaget). Seu objetivo “[...] é estudar e compreender a aprendizagem pela contribuição tanto da cognição quanto da afetividade, além de acrescentar-lhe a dimensão social, na qual a comunicação adquire especial importância”. Uma das contribuições mais importantes da Psicopedagogia é demonstrar que “[...] o processo de aprendizagem também mantém estreitas relações com o ambiente onde acontece” (COUTINHO; PADILHA, s/d, p. 9s). Isso significa que o educador pode criar um ambiente propício à aprendizagem.

mergulham fundo no âmago das pessoas, situações e fenômenos para poder compreendê-los melhor” (COUTINHO; PADILHA, s/d, p. 2).

Em relação à educação cristã, é um recurso necessário da estrutura com a qual é possível realizar a tarefa de possibilitar a interação do aluno com o mundo ao seu redor; é uma ferramenta por meio da qual é possível examinar criticamente os caminhos acadêmicos e intelectuais; é um instrumento através do qual se pode investigar os compromissos primários que há com relação às crenças que o educador tem e como a inteligência dessas crenças passa a ser compreendida como conhecimento e conceitos que formam a cosmovisão desse educador, pois “[...] as ideias sobre a educação são firmadas em certas crenças fundamentais que tentam explicar como as pessoas interagem com a realidade” (LAYMAN, 2004, p. 11).

Portanto, ela pode contribuir com a educação fornecendo-lhe uma postura reflexiva e consciente em relação às questões educacionais; ela é útil e também necessária “[...] na medida em que tem a possibilidade de tirar o educador de parâmetros e princípios fechados por sua racionalidade e abri-lo para a compreensão da diversidade de caminhos para chegar à aprendizagem” (CHAUÍ *apud* COUTINHO; PADILHA, s/d, p. 2). Outro ponto que a faz necessária à educação encontra-se no fato de que é capaz de “[...] impulsionar mudanças ou reafirmar certezas, com base em argumentos contestados” (FLICKINGER, *apud* COUTINHO; PADILHA, s/d, p. 3).

O entendimento filosófico correto permite ao educador distinguir entre as ideias que podem levar o aluno a falsas conclusões e aquelas que poderão dar-lhe acesso a uma vida verdadeira e produtiva. Quanto à depreciação da Filosofia por alguns grupos cristãos, com base no texto paulino: “Tende muito cuidado para que ninguém vos escravize a vãs e enganosas filosofias” (Cl 2.8a), cabe ressaltar que a exortação é exclusivamente contra aquela categoria de filosofia qualificada como vã (*kenós*, vazia) e sutil (*apáte*, enganadora, ilusória), cujo objetivo é enredar (*silagōgeō*, levar como prisioneiro) o cristão para os rudimentos do mundo (*parádosis*, a escravidão do erro), arrebatando-o de Cristo (RIENECKER; ROGERS, 1995; SPEARS, 2004).

A título de exemplo, dois conceitos filosóficos inerentes ao processo educacional justificam a necessidade da Filosofia: o da objetividade e o da

subjetividade. Segundo Chauí (2000, p. 7s), objetividade “[...] é uma atitude imparcial que alcança as coisas tais como são verdadeiramente” e não deforma a realidade; e subjetividade “[...] é uma atitude parcial, pessoal, ditada por sentimentos variados (amor, ódio, medo, desejo)”, que deforma a realidade, seja de forma direta ou indireta. Essa interferência pode ensejar mudanças substanciais de um ponto de vista a outro.

Assim concebidos, esses conceitos são úteis e até mesmo necessários, pois permitem ao educador, em sua interação com uma diversidade de alunos na sala de aula, um olhar mais justo e objetivo sobre cada um deles; no caso de se tratar do conhecimento bíblico, fornece instrumento conceitual para rejeitar teorias que acabam por tirar do Cristianismo sua objetividade histórica, fazendo assentar a fé do estudante em um vazio substancial. Coutinho e Padilha (s/d, p. 3) afirmam, exemplificando, que, diante de um estereótipo em sala de aula, há um caminho filosófico a seguir, que é o seguinte: “[...] às observações empíricas iniciais acrescentam-se as questões que levarão a novas observações que, por sua vez, levarão a reflexões que tenderão a construir um novo conhecimento”.

3.1.2 A Filosofia da Educação e as tendências atuais

A pesquisa que se segue depende, de maneira ampla, de dois autores: Portela Neto (2014) e MacCullough (2004). Segundo McCullough (2005, p.17) a Filosofia da Educação refere-se,

[...] especificamente, aos elementos da educação: os objetivos da educação, a natureza do aprendiz e do aprendizado humano, o papel do professor e do aprendiz e do ensino e a natureza e o caráter do currículo, incluindo os planos, forma de apresentação do conteúdo e contextos de aprendizagem. (MCCULLOUGH, 2005, p. 17)

Em outras palavras, a Filosofia da Educação é o campo da Filosofia responsável pela reflexão sobre as questões da vida na medida em que se aplicam à educação; incluem-se (sujeito de incluem) nessas reflexões, e conseqüente sistematização teórica, o variado tema da Pedagogia, que inclui os sistemas e processos educativos, a sistematização de métodos didáticos e avaliativos etc. (LAYMAN, 2004).

O desenvolvimento de uma filosofia educacional prática demanda uma avaliação da filosofia básica da pessoa e um compromisso com as convicções e crenças que estruturam a visão de mundo escolhida de forma que orientem a prática educacional. Segue-se uma rápida análise.

O surgimento das ciências sociais e comportamentais, no séc. XIX, trouxe mudanças dramáticas ao mundo acadêmico. A abordagem naturalista (crença que o mundo natural é a única e definitiva realidade) de Comte bem rapidamente deixou de ser apenas estudos sociais sem *status* acadêmico para tornar-se uma ciência social com a missão de melhorar a espécie humana. Kaminsky (*apud* LAYMAN, 2004) afirma que isso fez surgir, em meio século (1890-1940), nas faculdades e universidades, novas disciplinas e departamentos, como as de Sociologia, Antropologia, Psicologia, Ciência Política e Educação.

No final do séc. XIX, o Naturalismo dominava o mundo intelectual e se trasladara da academia ao dia a dia da sociedade. Um exemplo, já indicado, é a mudança de crença dentro do Cristianismo que, contaminado pelo modernismo, isto é, por uma teologia naturalista que negava os elementos sobrenaturais, acabando por tomar o controle das instituições de ensino denominacionais, bem como suas escolas de Teologia (esse período está confuso e incompleto a partir do “que”). Então, o processo de secularização, em andamento, substituiu, gradualmente, o conjunto de verdades cristãs que integrara, tradicionalmente, o ensino nas escolas, de tal forma que, em 1963, nos Estados Unidos, culminou na proibição da oração e da leitura da Bíblia em sala de aula; diz-se que esse item da educação foi a última folha a cair de uma árvore já seca (LAYMAN, 2004, p. 47-48). No Brasil, coube à Lei de Diretrizes e Bases – LDB o estabelecimento do ensino religioso, proibindo o proselitismo, o que, na prática, significa um ensino religioso desprovido do Cristianismo.

Uma nova Filosofia da Educação estava brotando e, no seu desenvolvimento, haveria de tornar-se uma grande árvore, com grandes e frondosos galhos que teriam sob si, uma variedade de filosofias de educação. Cita-se, dentre elas: o Pragmatismo, o Reconstrucionismo, o Existencialismo, o Comportamentalismo e o Construtivismo. Elas surgem das diversas filosofias básicas que dão fundamento às teorias e práticas educacionais de todos os tempos, como o Idealismo e o

Realismo.²⁵ Rega (2001), no artigo *Reverendo paradigmas para a formação teológica e ministerial*, chama a atenção para esse problema.

Conhecê-las é essencial, pois a elaboração de uma filosofia educacional prática exige, antes de tudo, uma avaliação da filosofia básica da pessoa e, conseqüentemente, um compromisso com as convicções e crenças que estruturam a visão de mundo selecionada, de modo que conduzam a prática educacional (LAYMAN, 2004). Segue-se uma breve exposição de cada uma com uma avaliação final.

O Pragmatismo é uma corrente do pensamento filosófico, criado no final do séc. XIX pelo filósofo e pedagogo Charles Sanders Peirce (1839-1914), pelo filósofo e psicólogo William James (1844-1910) e pelo jurista Oliver Wendell Holmes Jr. (1841-1935), que, em oposição ao intelectualismo, considera o valor prático como critério de verdade; em outras palavras, defende que a validade de uma doutrina é definida por seu êxito prático; aceita, como definição da verdade, o que funciona (gr. (?) *práxis*, o que é prático) e nada mais além disso.

Entrou no mundo da educação pelas mãos do filósofo e pedagogo norte americano John Dewey (1859-1952), para quem “[...] a educação é um método fundamental do progresso e da reforma social” (id., ib., p. 93). Esse reformador progressista, preocupado com a industrialização, urbanização e imigração em massa, começara, com outros, a buscar nas ciências sociais uma solução para os problemas da sociedade em que vivia. Crédulo na confiabilidade do método experimental nas ciências, bem como nas ideias evolucionistas das ciências biológicas, acreditava que a educação pública representava uma porta aberta ao progresso social e às reformas e, nessa direção, defendia o Pragmatismo.²⁶

Sua base filosófica foi determinante para a sua filosofia educacional. Dewey refletiu o realismo de Aristóteles na medida em que rejeitou a religião baseada na

²⁵Mais sobre o Idealismo e o Realismo e sua influência milenar, ver Chauí (2000) e Layman (2004). O artista renascentista Rafael ilustrou a história da filosofia educacional no seu mural clássico, *A Escola de Atenas (Scuoladi Atenas)*, pintado entre 1509 e 1511, demonstrando, através da expressão corporal de Platão e Aristóteles, as duas abordagens diferentes a respeito da verdade que têm marcado a Filosofia da Educação nos últimos dois milênios e meio. Platão, com seu braço direito levantado e o dedo indicador apontado para cima, enfatizava que o procedimento da busca da verdade definitiva se dá fora do mundo natural (abordagem idealista); e Aristóteles, com o braço estendido e a palma da mão aberta e direcionada à superfície da terra, visualizava o estudo da natureza como a fonte da realidade definitiva (abordagem realista) (LAYMAN, 2004).

²⁶ Contudo, dava preferência ao termo *instrumentalismo*, mais erudito.

revelação e insistiu continuamente na negação da existência de Deus, da Bíblia ou de qualquer outro conceito que transcendesse o mundo natural.²⁷ Para ele, os valores religiosos só tinham utilidade se surgissem da natureza e sem qualquer conexão com a existência de Deus e/ou com sua revelação.

Sua primeira e mais clara influência foi nos métodos aplicados em salas de aula. Preparou uma Escola-Laboratório na Universidade de Chicago com o objetivo de levar seus alunos da posição de meros espectadores teóricos a participantes no processo de aprendizado. Seu programa educacional foi baseado em sua inspiração pessoal e decisões tempestivas, apesar de sua crença na confiabilidade do método experimental nas ciências; sua escola-laboratório foi bem sucedida.²⁸

As ideias de Dewey aqueceram a educação pública e acabaram sendo conhecidas como educação progressiva. Contudo, o termo *progressiva* ganhou a atenção das reformas sociais, pois estava associado à confiança na bondade e sabedoria natural das crianças, levando muitos educadores a reduzirem as restrições e disciplinas nas salas de aula. Em breve, a educação progressiva se tornaria um termo pejorativo para referir-se ao “[...] tipo de educação que se dobra aos caprichos dos alunos, que se concentra em ajustes triviais de temas da vida e que deixou os alunos destituídos das questões básicas” (LAYMAN, 2004, p. 50). E, após a segunda Guerra Mundial, a crítica social contra esse modelo de educação se tornou um clamor que vinha de pais, conselhos, empresários, intelectuais, legisladores e até da parte de humoristas e cartunistas, mas não dos educadores.

Diane Ravitch (1983), citada por Layman (2004, p. 51), ironizou o fim da educação progressiva: “Ela morreu... porque não passou no teste [pragmático] de ‘funcionar’ nas escolas públicas”.

O Reconstrucionismo surgiu bem antes do fim da educação progressiva e em reação a ela. Essa reação surgiu pelo fato de a educação progressiva não haver progredido como aguardavam seus defensores; na verdade, a educação progressiva tinha a tendência de promover ajustes sociais, mantendo o *status quo*, em vez de procurar reformar a sociedade.

27 Porém, ao descrever a função e importância social do professor, nos fins da década de 1890, voltou a recorrer ao evangelismo social, que havia abandonado, chamando o educador de “o verdadeiro anunciador do reino de Deus” (LAYMAN, 2004).

28 Layman (2004, p. 49) afirma que esse sucesso foi devido às seguintes vantagens: “[...] um corpo estudantil selecionado, classes pequenas, professores altamente motivados, uma proporção professor-aluno muito baixa, bastantes recursos e a animação de ser parte de alguma coisa especial”. Quanto à reprodução em escala pública, o projeto demonstrou ser de difícil implantação.

Isso coincidiu com a chegada da depressão econômica de 1929-1930, nos Estados Unidos, com sérios reflexos no mundo antes e depois da primeira Guerra Mundial, levando os professores da *Columbia University Teacher's College*, a faculdade de formação de professores da Universidade de Columbia, a decidirem-se por uma educação que pudesse estar a serviço de mudanças radicais. Foram liderados pelo professor George Counts, que defendia a seguinte tese: “[...] as escolas devem dar forma às atitudes, desenvolver os gostos e mesmo impor ideias [...]. Os professores deveriam deliberadamente perseguir esse poder” (*apud* LAYMAN, 2004, p. 53).

Nessa filosofia educacional, os professores eram desafiados a, deliberadamente, ganhar o coração dos alunos e, então, engajá-los ativamente na batalha por uma sociedade equitativa e próspera. Contudo, a sociedade não estava preparada para deixar seu *status quo* e adotar o socialismo implícito nas propostas reconstrucionistas de Count; dessa forma, o movimento não vingou.

O revolucionar a sociedade através da escola sempre foi uma idéia e, muitas vezes, presente na sociedade. Nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo, alunos sofreram doutrinação ativo sobre questões como a guerra do Vietnã, o ativismo antinuclear e a justiça social; na América Latina, contra a injustiça social; no Brasil, contra a ditadura militar. Hoje, o foco encontra-se em temas como o meio ambiente, a nova moralidade sexual e a nova família, todos sob os fundamentos dos direitos humanos e a bandeira do politicamente correto.²⁹

A educação tem, por natureza, o objetivo de moldar a mente do estudante. Contudo, o encaminhamento de alguém a uma escola exige que os pais ou responsáveis saibam em que valores seus filhos serão doutrinados. A escola secular, por exemplo, não tem compromisso com valores cristãos que apontam para uma ética baseada nas Escrituras; a cristã, por outro lado, é radicalmente reconstrucionista no sentido que tem por objetivo incutir nos alunos a mente de Cristo e a ética bíblica.

O Existencialismo ensina que a verdade tem origem subjetiva (“existe”) na experiência do indivíduo. Sementes dessa ideia são encontradas no ensino platônico

²⁹O *politicamente correto* refere-se a uma suposta política que consiste em tornar a linguagem neutra em termos de discriminação e evitar que possa ser ofensiva para certas pessoas ou grupos sociais, como a linguagem e o imaginário racista ou sexista. Seus defensores visam tornar a linguagem mais neutra, ou seja, querem estabelecer regras a serem obedecidas por todos. Para isso, promovem uma patrulha ideológica contra os *politicamente incorretos*, definindo-os como preconceituosos.

da *reminiscência*,³⁰ em que o significado das coisas existe apenas internamente, no homem, e só pode ser recuperado intuitivamente. O filósofo cristão Soren Aabye Kierkegaard (1813-1855) deu ênfase semelhante na pessoa interior e, em consequência, atacou o Cristianismo qualificado por ele como morto por limitar a fé à conformidade com as crenças e práticas prescritas.

Depois da 1ª Guerra Mundial, essa corrente filosófica foi popularizada em existencialismo mais secularizado e pessimista. O filósofo Jean-Paul Charles Aymard Sartre (1905-1980) argumentou que, se não existe Deus, os seres humanos são insignificantes, de modo que só resta uma coisa: viver como se a vida tivesse sentido. Na mesma linha, o teólogo Karl Barth (1886-1968), mais otimista, acreditava que a fé cristã e a Bíblia, mesmo não sendo verdades em si mesmas, poderiam se tornar verdade por meio de apreensão e percepção da parte do crente. E, na década de 1960, o existencialismo torna-se ainda mais otimista: propósito, significado e verdade deveriam ser encontrados no interior de cada pessoa.

Isso refletiu diretamente na escola, em dois itens: na metodologia e no currículo. A metodologia existencialista tem, como base, uma verdade e uma moralidade firmadas na preferência pessoal de cada um; essa metodologia tem perdurado. E a produção de um currículo humanista foi elaborado para fortalecer o indivíduo e reverter a ênfase impessoal da década de 1950. Esse currículo centralizava seu foco na criança, tanto como indivíduo e detentora de uma visão de mundo a ser considerada quanto no entrosamento consigo mesma (seus próprios sentimentos) e no fazer de sua própria vontade; esse currículo durou pouco porque estava produzindo uma geração de alunos com alicerces falhos na leitura, gramática e matemática.

O ponto positivo desse currículo humanista do Existencialismo é que ofereceu aos educadores a consciência de que seus alunos devem ser tratados como pessoas e não como nomes, números ou coisas.

O Comportamentalismo surgiu, inicialmente, na década de 1920 e atingiu seu ápice na década de 1970, em parte como medida corretiva aos excessos da educação existencialista.

Nasceu da influência de três grandes nomes do século XX: o fisiologista Ivan Petrovich Pavlov (1849-1946) e os psicólogos John Broadus Watson (1878-1958) e

30 Soren Aabye Kierkegaard considerava Platão um “[...] precursor e patrono da filosofia da existência” (MESNARD, 1976, p. 17)

Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), que partiram de pressupostos naturalistas. Pavlov estabeleceu os princípios do condicionamento através do estímulo-resposta; Watson sugeriu o condicionamento de bebês e crianças, controlando sua engenharia; e Skinner desenvolveu e popularizou a engenharia comportamentalista como uma ciência educacional.

O condicionamento é um processo natural que afeta todos os seres vivos, e o Comportamentalismo pretende ter a tecnologia para controlar o processo e as ferramentas comportamentais para solucionar os problemas sociais da humanidade. Assim, todos podem ser condicionados a fazer o que, pretensamente, deve ser feito.

O Comportamentalismo nega a existência de qualquer ideia interna anterior a se desenvolver, como quer o Existencialismo; nega, do mesmo modo, o espírito, a alma ou mente. O ser mau ou bom, esperança ou desesperança, crença e descrença etc. não passam de comportamentos condicionados. O ser humano não é, naturalmente, bom ou mal, é apenas um animal complexo e uma parte integrante da natureza.

Muitas das técnicas do Comportamentalismo constituíram-se em uma boa ajuda ao aprendizado e continuam a ser utilizadas. Mas há problemas e um deles é a interferência de pais e professores sem a habilidade científica para aplicar os reforços positivos e negativos para condicionar os comportamentos.

De um modo geral, o comportamentalismo, como uma filosofia, perdeu terreno por quatro motivos: 1) não funciona tão bem como se proclama; 2) subestima a obstinação da vontade humana; 3) sua base teórica é repugnante na medida em que parte da noção de que os seres humanos são simplesmente animais complexos; 4) os controles inerentes aos processos são perigosos (LYMAN, 2004).

O Construtivismo é, dentre todas, a filosofia de educação predominante na educação nacional, tanto na escola não cristã quanto na *escola cristã*. Desenvolvida pelas ideias do biólogo e pensador suíço Jean William Fritz Piaget (1896-1980), começou como o resultado de uma pesquisa para o estabelecimento de uma metodologia de ensino e, nas últimas décadas, consolidou-se em filosofia e abrangeu a questão da ética e da formação moral das crianças. Trata-se de uma filosofia que contém

[...] conteúdo, baseado em postulados epistemológicos (que se propõem a estabelecer como conhecemos as coisas), comportamentais e morais (que se propõem a estabelecer como

devemos proceder e qual a percepção do que é certo e errado) (PORTELA NETO, 2012, p. 41).

É uma filosofia que atinge tanto a esfera cognitiva como a moral, com consequentes reflexos na totalidade da existência, tanto dos educandos quanto dos educadores. É uma filosofia que tem, como alicerce, a ausência de inclinação para o mal das crianças. (PORTELA NETO, 2012, p. 53).

O Construtivismo considera o conhecimento como o resultado das interações da pessoa com o seu ambiente. Assim entendido, todo e qualquer conhecimento é uma construção que vai sendo formada, gradativamente, na medida em que a criança vai travando relacionamento com objetos físicos ou culturais; logo, não pode ser algo a ser transmitido pelo professor que deve transmutar-se em agente facilitador nesse processo de conhecimento e, nessa posição, respeitar os estágios de assimilação da criança.

Portela Neto (2012) afirma que há certas contradições básicas dessa filosofia com os princípios fundamentais da fé cristã, quando se observa a revelação objetiva das Escrituras. Segue-se uma apresentação de apenas três dos pressupostos construtivistas nos quais se acham contradições: o primeiro é o pressuposto da neutralidade moral do homem, ou seja, sua falta de disposição para o bem ou o mal; o segundo é a precedência do método sobre a substância; e o terceiro, a questão da objetividade.

Antes de tudo, na filosofia da educação cristã, são aceitos absolutos morais como realidades objetivas que devem ser objeto de instrução, utilizadas na formação das crianças; além disso, há a crença que os valores morais procedem de Deus e refletem seus atributos sobre/no homem. Os valores são alicerçados em uma criação gerada à imagem e semelhança de Deus, e é o homem que, diariamente, se submeterá à aquisição do conhecimento sob alguma filosofia educacional.

Em segundo lugar, a teoria de que o conteúdo do conhecimento é algo subjetivo e, portanto, secundário em relação ao método traz como consequência o entendimento que “[...] o ensino não pode ser visto como transmissão de conhecimento do que sabe para o que não sabe” (ECELBARGER *apud* PORTELA NETO, 2012, p. 56) e, finalmente, que a substância do que é ensinado não é, de fato, a primazia do ensino e uma possível transmissão dessa substância é ilegítima. J. Gresham Machen (1881-1937), teólogo e intelectual protestante, conclui com ironia sobre os resultados dessa substituição: “Fizemos uma grande descoberta

pedagógica – que é possível se pensar com uma mente completamente vazia!” (apud PORTELA NETO, 2012, p. 56).

Enfim, a questão da subjetividade em oposição à objetividade. Para Piaget, o conhecimento resulta de uma inter-relação entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido; isso significa que o conhecimento é um reflexo subjetivo, gerado na mente de quem o aprende, de modo que não existe forma de se conhecer a verdade objetiva. Segundo Müller, autor construtivista citado por Portela Neto (2012, p. 59), é evidente que Piaget

[...] via que a verdade absoluta – como padrão desejável – não é compatível com uma opinião estritamente construtivista. [...] Premissas metafísicas estativas e uma visão plenamente construtivista são pontos de vista que se excluem mutuamente.

O Cristianismo não rejeita a realidade das âncoras metafísicas, pois é alicerçado nelas, considerando que representam realidades reveladas em sua Palavra pelo próprio Deus, que é imutável (Tg 1.17; MI 3.6) e é a grande âncora metafísica, perceptível e reveladora ao intelecto e corações dos crentes por meio de seu Espírito (Rm 1.19; Mt 13.11).

Posto isso, torna-se premente a busca por uma filosofia cristã de educação como contribuição à educação cristã que se realiza na *escola cristã*.

4 UMA PROPOSTA DE FILOSOFIA CRISTÃ DE EDUCAÇÃO PARA A *ESCOLA CRISTÃ*

Este ponto é amplamente baseado no capítulo *Educação Escolar Cristã – o que é isso?*, escrito por Francisco Solano Portela Neto na obra *O que estão ensinando para nossos filhos?* (2012),³¹ mediado por elaboração pessoal de Silva e Coelho, autores deste artigo.

O objetivo da *escola cristã*, fundamentada na educação cristã, deve ser

[...] o de proporcionar à pessoa que está sendo educada, não apenas a obtenção de conhecimentos variados uns dos outros e da sua própria constituição física e moral, mas sim o de conceder o entendimento de uma visão integrada e coerente de vida,

31 Cabe, aqui, uma análise de Rega, no artigo *Reverendo paradigmas para a formação teológica e ministerial* (2001), em paralelo com a proposta de Portela Neto (2012).

relacionada com o Criador e com os Seus [sic] propósitos. (PORTELA NETO, 2012, p. 132-133)

A garantia do cumprimento desse objetivo começa pelo estabelecimento de princípios que devem nortear a sua realização. Isso significa, no caso, a opção por uma filosofia unificada de vida que traga a visão bíblica sobre a absorção de conhecimentos e sua aplicação na existência humana, além de explorar detalhadamente algumas definições e princípios auxiliares no conceito de educação cristã.

Esse tipo particular de educação se faz sob pressupostos e princípios bíblicos que lançam os alicerces dessa construção: os pressupostos indicam a fonte dos princípios e estes, o norte a ser observado na construção.

Dentre os principais pressupostos que subsidiam os princípios estão três, que demonstram o que a educação cristã desenvolvida na *escola cristã* crê:

1. Deus criou o mundo

A criação de Deus inclui o homem, feito à sua imagem e semelhança (*imago Dei*), conforme registra o autor sagrado em Gênesis 1.31. Nessa criação, Deus deu ao homem o chamado mandato cultural (Gn 1.28; 2.15), o que significa que este deveria desenvolver as possibilidades de sua criação e ser seu mordomo.

Isso traz implicações para a *escola cristã* na medida em que sua proposta é oferecer àqueles que nela se matriculam um currículo coerente com essa realidade, isto é, com as possibilidades da criação divina.

2. Deus revela-se à sua criatura

A imagem de Deus no homem implica em que este tem características comunicacionais, como existem no Criador, e aponta para o desejo do Criador em comunicar-se com sua criatura.

A história da comunicação de Deus com a criação, especialmente o homem, tem seus primeiros registros no jardim do Eden, quando Deus vinha ao seu encontro

na viração do dia (Gn 1-2) e em seu diálogo com o casal real no pós-Queda (Gn3). Prossegue nos pactos feitos com os patriarcas (Gn 5ss), com os sacerdotes, profetas, reis e homens do povo ao longo do Antigo Testamento e encontra seu *clímax* no evento de Cristo, quando ele se revelou pessoalmente, no Filho (Evangelhos). E continua na história humana, especialmente na cristã, em que ele se revela mediado pelo seu Espírito em sua Palavra escrita.

3. Deus revela-se na Bíblia Sagrada

O ponto anterior traz implicações para a educação cristã, especialmente quanto à comunicação pedagógica na *escola cristã*. A explicação é que a revelação de Deus encontra-se na Bíblia.

Desde a queda do casal real, Deus continua sua comunicação com o homem no objetivo de se lhe revelar. Ele sempre o fez; nos últimos dias, revelou-se através do expediente da linguagem humana, encontrada na forma escrita, a Bíblia. Nela estão apresentados o Criador e a criatura, o mundo espiritual e o físico; o mundo está presente nos textos bíblicos como conteúdo a ser compreendido para, então, ser vivenciado em todas as áreas do conhecimento.

Isso traz implicações para a educação cristã, especialmente quando a comunicação pedagógica na *escola cristã*, além de ter modelos na própria Bíblia, tem pressupostos como os já indicados e princípios que devem estar na sua própria base. Desses pressupostos surgem princípios em questão, dos quais quatro serão integrados a este trabalho, a título de exemplo. Eles lançam os alicerces dessa perspectiva de filosofia educacional: a natureza humana, o propósito de sua existência, sua religiosidade intrínseca e a presença de filosofias anticristãs em todo o ensinamento humano corrompido pelo pecado, isto é, pela natureza do homem.

1. A natureza humana é pecaminosa

O homem já nasce em pecado, inclinado ao mal (Rm 3.23; 3.10-18; Sl 51.5; Ec 7.20), logo, não é um ser neutro nem um produto do meio. Assim, o homem deve ser submetido à correção e disciplina com vistas a um comportamento correto e ao reconhecimento de Deus como o verdadeiro Criador e Soberano e a Cristo como

único Salvador e Mediador entre Deus e os homens. Evidentemente esse não é um princípio subjacente a nenhuma das filosofias de educação expostas. Portela Neto observa:

Este princípio básico da educação escolar cristã contraria toda a filosofia humanista que afirma a neutralidade, ou a bondade natural do homem e constrói toda a sua filosofia de educação sobre premissa errônea. (2012, p. 134).

2. O propósito da existência do homem

Deus criou o ser humano para servi-lo (Rm 11.36; I Co 10.31; Cl 1.17-18), logo, não existe para servir-se de Deus. Dessa forma, cada pessoa deve ser encaminhada, concomitantemente com seus primeiros passos, na direção desse propósito, e isso deve ser feito dentro de seus talentos naturais visando à aquisição, cada vez mais, de uma consciência de sua finalidade de servir a Deus. Não é esse o entendimento e a prática da filosofia secular que subjaz as filosofias educacionais em vigência:

[...] a filosofia secular retira das pessoas a sua principal finalidade e as coloca como centro de todas as próprias ações e como se fossem o propósito último em si. As pessoas tornam-se alienadas e destituídas de um objetivo maior em suas vidas, cada uma buscando apenas a sua própria felicidade fora do contexto de glorificação do Criador. (2012, p. 135).

3. A religiosidade do homem

O homem é, por natureza, um ser religioso e todo o conhecimento que adquire será interpretado e recebido dessa perspectiva (Pv 1.7; 15.33; Rm 2.15), não é um campo opcional passível de ser neutralizado.

A consequência é que o conhecimento, para ser legítimo, deve ser feito do ponto de vista bíblico, de forma a fornecer às pessoas uma visão integrada e correta da vida e da criação. Contudo, o pensamento secular vê isso de maneira diferente:

O pensamento secular trata a questão religiosa como se fosse um campo 'opcional' às pessoas, como se elas não tivessem esta inclinação 'religiosa' natural que serve de pano de fundo para a

interpretação de tudo aquilo que aprende. [Por isso], não relaciona a 'sabedoria' com o 'temor do Senhor'. Essa premissa, de que existe ausência de religiosidade, ou de confessionalidade [...], concorre para impedir a compreensão correta (e a integração) dos fatos comunicados durante o processo educacional. (2012, p. 136).

4. A presença de filosofias anticristãs em todo o ensino humano

Todo ensino secular traz em si, em menor ou maior escala, filosofias anticristãs que direcionam o homem contra Deus (Pv 14.7; 16.22; Jd 10), não há a chamada neutralidade científica implícita ou explícita.

O homem é um ser religioso por natureza e sua religiosidade influencia a sua interpretação dos fatos recebidos, assim como a transmissão desses fatos interpretados. Isso significa que a apresentação das diferentes disciplinas é, filosoficamente, influenciada. No entanto, o pensamento secular advoga a neutralidade científica. A essa pergunta Portela Neto responde:

Devemos ponderar dois pontos importantes: (1) Temos que ter uma compreensão clara do que é o Reino das Trevas e do que caracteriza o Reino de Deus. (2) Temos de compreender como as ideias contrárias ao Reino de Deus atingem nossas mentes e, principalmente, as mentes de nossas crianças. (2012, p. 106).

Esses quatro princípios fundamentam a redefinição da oferta de educação cristã por parte da *escola cristã*. Educação cristã, então, é aquela “[...] que reestuda todas as disciplinas, apresentando-as biblicamente, como procedendo do Deus soberano” (PORTELA NETO, s/d, p. 4). Cabe a ela, então, demonstrar o intrincamento das disciplinas de um programa de ensino, tornar evidente a harmonia reinante em um universo criado por Deus e apresentar os propósitos de Deus na história. É, ao mesmo tempo, holística e, por natureza, interdisciplinar e transversal, aclarando a complexidade do universo.

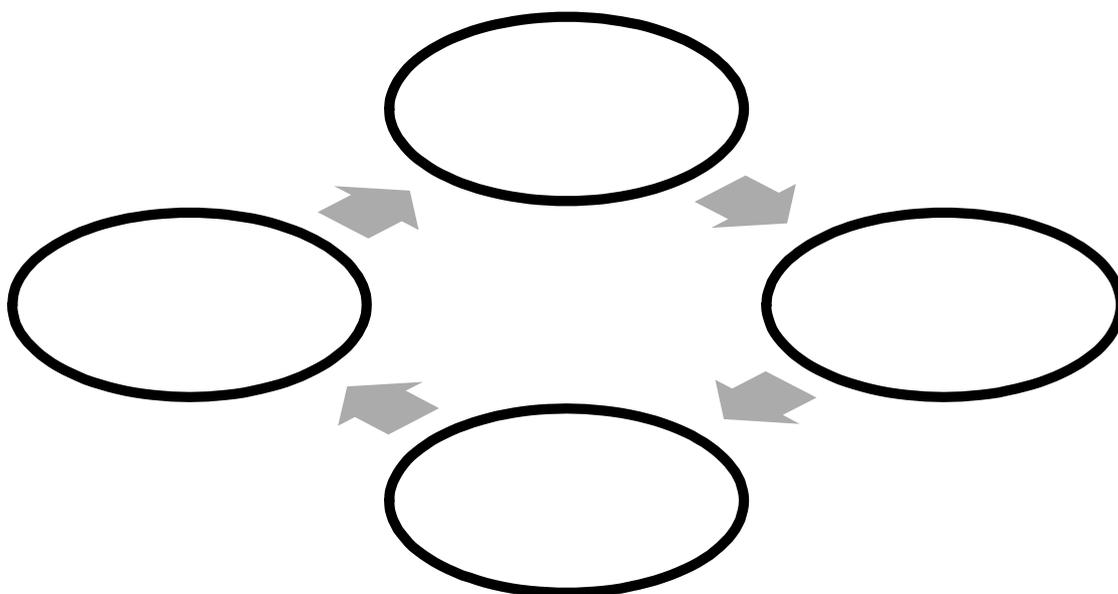
A *escola cristã* (currículo, corpo docente, metodologias etc.) deve reconhecer a necessidade de integração na educação cristã e representar as disciplinas como integradas a um todo; a teologia da educação cristã, no entanto, vai além de realizar uma integração entre o secular e o sagrado em cada disciplina; ela demonstra a abrangência das raízes espirituais de cada atividade. Nas palavras de Portela Neto (2012, p. 25): “Ela apresenta o todo do conhecimento e das atividades humanas

como algo abrigado e aprovado pela providência divina, subsistindo o próprio Deus como fonte de todo o verdadeiro conhecimento e sabedoria”.

A educação cristã, assim como a não cristã, reconhece a necessidade de integração da educação, pois o conhecimento encontra-se, ainda que parte de um todo, fragmentado em grandes áreas: ciências naturais, ciências sociais, ciências exatas e ciências da comunicação.

Seguem-se alguns gráficos demonstrando, em primeiro lugar, as grandes áreas do conhecimento em perspectiva não cristã; em segundo lugar, as grandes áreas do conhecimento em perspectiva da escola evangélica; e, em terceiro lugar, uma proposta para as grandes áreas do conhecimento em perspectiva bíblica, isto é, de uma mentalidade cristã:

Fig. 1 – As grandes áreas do conhecimento em perspectiva não cristã

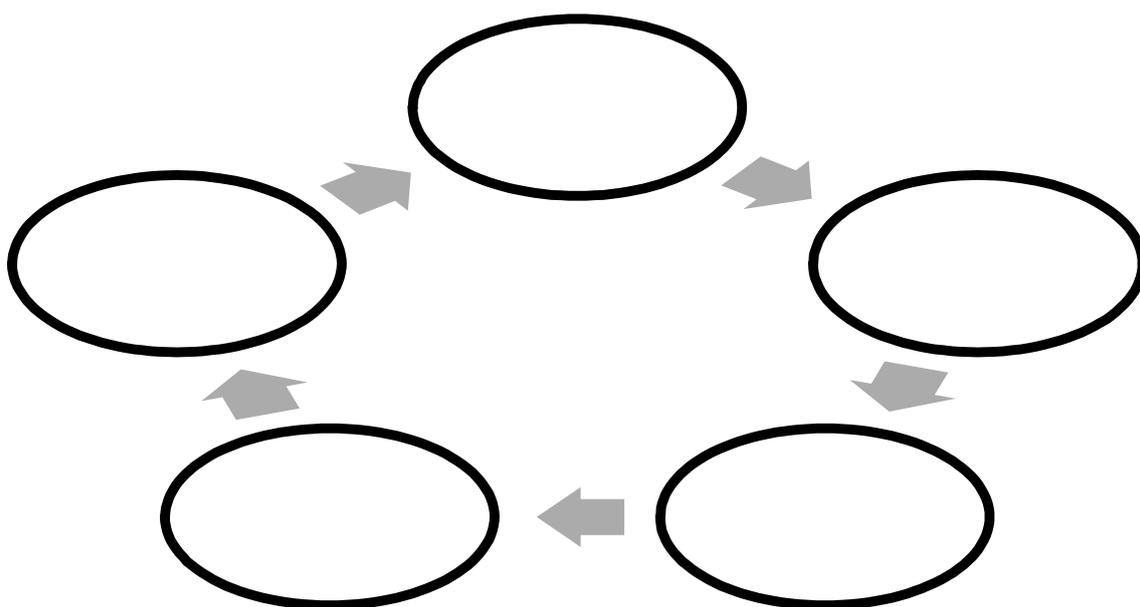


Essa perspectiva humanista não considera os princípios indicados (a natureza humana, o propósito de sua existência, sua religiosidade intrínseca e as filosofias anticristãs no ensino humano corrompido) que fundamentam a educação cristã.

Porém, inclui a substância bíblica de forma fragmentada em alguns pontos do processo educacional, oferecendo ensino sobre temas bíblicos propriamente ditos.

Surge, então, uma adaptação desse retrato da educação como oferecida na chamada escola evangélica brasileira; esta, em distinção da *escola cristã*, adapta ao seu currículo uma quinta área: a Bíblia Sagrada.

Fig. 2 – As grandes áreas do conhecimento em perspectiva da escola evangélica atual



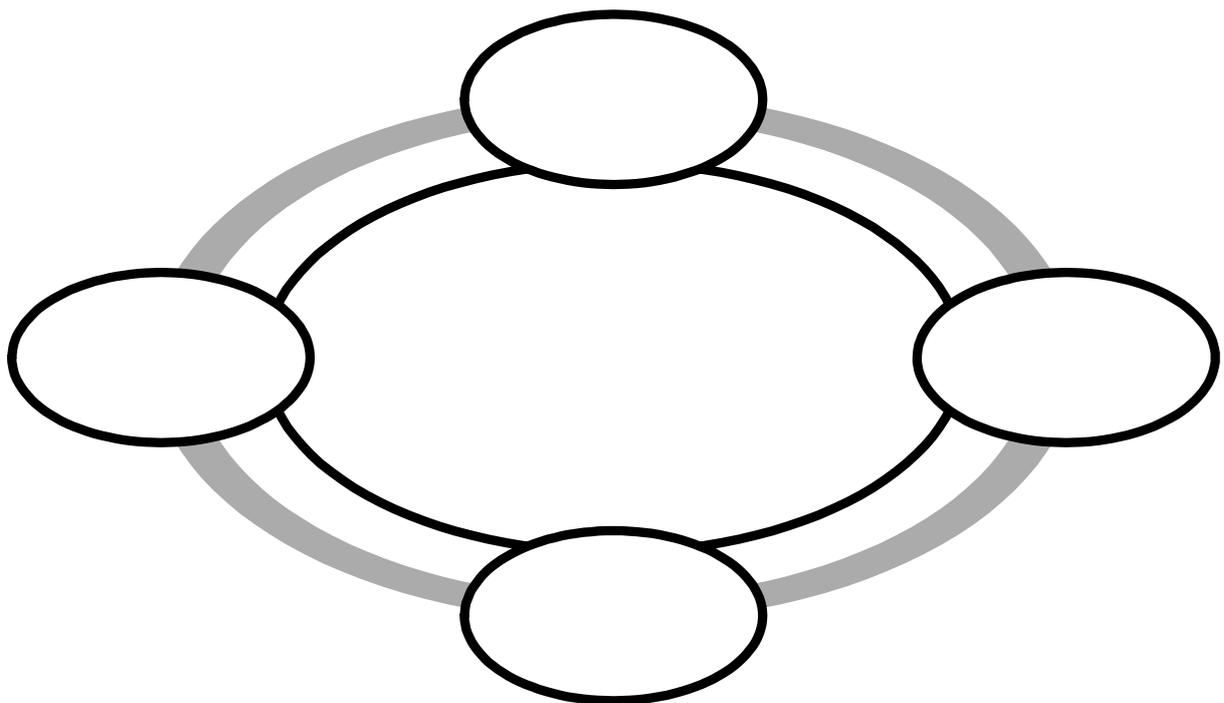
Essa perspectiva considera que uma simples inserção da Bíblia, como uma das áreas de conhecimento ou disciplina a ser desenvolvida, é suficiente, pois indica evidente objetivo de cristianização da secularização dominante na instituição dita evangélica; não é, porém, o suficiente para definir uma escola como cristã. É preciso que a Bíblia perpassasse todo o currículo e sua aplicação em sala de aula.

Portanto, urge uma filosofia cristã de educação, centrada na Bíblia. É esse livro, sagrado no Cristianismo, que fornece ao homem uma compreensão de mundo, do universo que o cerca e de sua própria existência. Essa cosmovisão bíblica expressa dois pontos fundamentais: a compreensão “[...] do universo como criação de Deus” e “[...] todas as esferas de conhecimento, possíveis de estarem presentes na humanidade, como procedentes do Deus único e verdadeiro, Senhor do universo” (PORTELA NETO, 2012, p. 149). O apóstolo Paulo, ainda no séc. I, já reconhecia que o universo e seu conhecimento são adequadamente compreendidos quando

colocados na comunicação recebida na pessoa de Cristo, “[...] no qual estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento” (Cl 2.3).

A Bíblia, portadora dessa comunicação ocorrida na pessoa de Cristo, não pode ser inserida separadamente no currículo da escola; ela é central ao processo de ensino e aprendizado e oferece a compreensão de tudo a partir da premissa da soberania do Criador nela revelado e, portanto, deve permear todas as áreas do conhecimento de forma integrada.

Fig. 3 – As grandes áreas do conhecimento em perspectiva da *escola cristã*



A análise desse gráfico faz concluir que o que distingue a educação cristã oferecida pela *escola cristã*, das demais, é a inserção da Bíblia como base da filosofia educacional, a qual age como elemento de purificação e integração entre todas as áreas de conhecimento; serve de alicerce e prumo para que educadores e educandos compreendam o universo ao seu redor; oferece o caminho para que os fins da escola cristã considerada oficina de homens cujos corações ardam de amor pela divindade sejam alcançados; além disso, é um constante e insistente anúncio de que não é possível um processo educacional íntegro se for sonogada a verdade da existência de Deus como soberano do Universo e da comunicação que a divindade estabelece com a criação por meio da natureza, da Palavra registrada e da Trindade inerente à criação.

CONCLUSÃO

Esse artigo trouxe à discussão um problema inerente à *escola cristã* desenvolvida por cristãos, no Brasil, que é a necessidade de uma filosofia educacional que dê conta da integração entre os valores bíblico-cristãos e as disciplinas inerentes à variedade de áreas de conhecimento desenvolvidas pela academia; nesse sentido, a discussão instalou-se, prioritariamente, no âmbito da educação cristã.

Identificou, no marco legal estabelecido no âmbito da República, em especial do órgão regulador, que é o Ministério da Educação, uma legislação (Lei nº 9394/1996) que traz dois pontos favoráveis à *escola cristã*: reconhece o ensino religioso como parte da formação básica do cidadão e nomeia a *escola cristã*, na categoria de instituições confessionais, e não a distingue da escola não cristã em relação às condições de oferta de seus cursos.

Considerou que a *escola cristã* é uma proposta de atendimento à essa necessidade e que, nem sempre, tem a dimensão da complexidade envolvida, de tal forma que, ou oferece um mero ensino evangélico caracterizado pela manutenção de rituais do evangelicalismo nacional e fecha os olhos para essa necessidade, esperando que alguém talvez seja vocacionado para isso, ou tem exata dimensão da complexidade e urgência da situação, compreende sua responsabilidade e vai à luta por uma escola que, de fato, ofereça uma educação cristã.

Localizou, especialmente nos referenciais bibliográficos, estudos em andamento em busca de uma filosofia educacional cristã capaz de dar segurança ao educador, à escola e aos pais, como a série de livros da *Associação Internacional de Escolas Cristãs* (ACSI), que publicou três volumes que devem ser consultados como ponto de partida para aprofundamentos posteriores: *Fundamentos Bíblicos e Filosóficos da Educação Cristã* (2004), amplamente utilizado no texto acima, e os volumes não usados na pesquisa, mas consultados, *Fundamentos da Psicologia da Educação Cristã* (2004) e *Fundamentos Pedagógicos da Educação Cristã* (2003), além do artigo de Lourenço Stela Rega, *Reverendo paradigmas para a formação teológica e ministerial* (2001); encontrou, também, uma avaliação crítica da

pedagogia contemporânea e uma resposta às indagações em questão na obra *O que estão ensinando aos nossos filhos?*, de Francisco Solano Portela Neto (2012).

Houve, ainda, a identificação, nesses e em outros autores, da necessidade de criar um lastro filosófico (e metodológico) para a educação cristã capaz de possibilitar à *escola cristã* a oferta de uma educação cristã realmente centrada em valores cristãos, em qualidade igual e/ou superior àquela oferecida pela escola não cristã. Isso está em sintonia com o alerta paulino contra o submeter-se a vãs filosofias (Cl 1.8), que deve ser considerado no aspecto pessoal do gestor escolar e do educador, e no aspecto institucional materializado na documentação acadêmica que serve de diretriz para o fazer educacional assim como no ambiente escolar propriamente dito, em que concretiza esse fazer educacional.

Também deve ter acolhida, em futuras investigações, a proposta de uma pedagogia redentiva, apresentada como uma possível solução aos dilemas da escola cristã. Essa proposta foi publicada, inicialmente, na forma de artigo, na revista *Fides Reformata*, em 1996, sob o título *Pensamentos preliminares direcionados a uma Pedagogia Redentiva*, por Francisco Solano Portela Neto, e republicada em 2006. Nesse, essa pedagogia é apresentada como “[...] uma prática que apresenta Deus e sua interação redentiva com a humanidade, na pessoa de Jesus Cristo, como centro da história” (PORTELA NETO, 1996, p. 146). Essa pedagogia comporia um mínimo denominador comum às escolas cristãs; seria totalmente coerente com o entendimento da revelação bíblica e capaz de abrigar excelência acadêmica como um catalisador presente em todas as áreas e unificadora de conhecimentos, sem distinções artificiais.

REFERÊNCIAS

BIBLIA SAGRADA. Ed. Revista e Atualizada. Barueri: SBB, 2010.

BACZINSKI, Alessandra Vanessa de Moura. As políticas educacionais brasileiras e a influência das teorias neoliberais fundantes de Philippe Perrenoud, Jacques Delors e César Coll. *I Simpósio Nacional de Educação e XX Semana de Pedagogia*. Cascavel, 2008. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/5/Artigo%2017.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Brasília: Diário Oficial da União, 1961.

_____. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Brasília: Diário Oficial da União, 1971.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

CARPIGIANI, B. *Psicologia: das raízes aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Pioneira, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

COMENIUS, João Amós. *A didática magna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva*. Buenos Aires: NEED, 2004.

COSTA, Hermisten Maia Pereira da. *Introdução à Educação Cristã*. Brasília: Monergismo, 2013.

COSTA, Rodrigo Heringer. Notas sobre a educação formal, não formal e informal. III Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música. *Anais do III SIMPOM 2014...*, p. 1-10, 2014.

COUTINHO, Laura; PADILHA, Heloisa. *Fundamentos da Educação e da Educação a Distância*. São Paulo: Faculdade SENAC, s/d.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Wilson Castro. *Calvino: vida, influência, teologia*. Campinas: Luz para o Caminho, 1990.

FEUERSTEIN, Reuven; FEUERSTEIN, Rafael S.; FALIK, Louis H. *Além da inteligência: aprendizagem mediada e a capacidade de mudança do cérebro*. Petrópolis: Vozes, 2014.

FLICKINGER, Hans-Georg. Para que Filosofia da Educação? 11 teses. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 16, nº 29, p. 15-22. Jan./Jun. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10584/10170>. Acesso em: 10 jul. 2016.

GEORGE, Sherron Kay. *Igreja Ensinadora: fundamentos bíblico-teológicos e pedagógicos da Educação Cristã*. São Paulo: Luz para o Caminho, 1993.

GREGGERSEN, Gabriele. Perspectivas para a Educação Cristã em João Calvino. *Fides Reformata*, 7/2, 2002.

HALE, Broadus David. *Introdução ao estudo do Novo Testamento*. Rio de Janeiro: JUERP, 1983.

LAYMAN, Jack. Filosofias educacionais modernas. In: ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ESCOLAS CRISTÃS - BRASIL. Fundamentos bíblicos e filosóficos da Educação cristã. São Paulo: ACSI, 2004. p. 29-43.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, Edson Pereira. *Fundamentos da Teologia da Educação Cristã*. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.

_____. *O conceito de teologia e pedagogia na Didática Magna de Comenius*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.

LOPES, Augustus Nicodemus. O que é uma escola cristã? 2004. Disponível no site *Monergismo*. em: http://www.monergismo.com/textos/educacao/escola_crista_nicodemus.htm. Acesso: 10 mai. 2016.

MATOS, Alderi Souza de. Breve história da Educação Cristã: dos primórdios ao século 20. *Fides Reformata*, XIII, nº 2, 2008, p. 9-24.

_____. O Colégio Protestante de São Paulo: um estudo de caso sobre o lugar da educação cristã na estratégia missionária da Igreja. *Fides Reformata*, IV, nº 2, 1999, p. 1-25.

MCCULLOUGH, Marti. Filosofia Educacional. In: ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ESCOLAS CRISTÃS - BRASIL. Fundamentos pedagógicos da educação cristã. São Paulo: ACSI, 2005. p. 13-32.

MEISTER, Mauro. Cosmovisão: do conceito à prática na escola cristã. *Fides Reformata*, XIII, nº 2, 2008, p. 175-190.

_____. Prefácio. In: PORTELA NETO, Francisco Solano. *O que estão ensinando aos nossos filhos?* São José dos Campos: Fiel, 2012. p. 15-21.

MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente. *Trabalhos Acadêmicos: planejamento, execução e avaliação*. Goiânia: Editora das Faculdades Alves Faria, 2008.

MESNARD, Pierre. *Kierkegaard*. Lisboa: Edições 70, 1976. Coleção Biblioteca Básica de Filosofia.

OLIVEIRA, Eloiza. *Políticas de Educação*. Rio de Janeiro: FGV online, s/d.

PASMIÑO, Robert W. *Temas fundamentais da Educação Cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

PORTELA NETO, Francisco Solano. *Educação Cristã?* São José dos Campos: Fiel, s/d.

_____. *O que estão ensinando aos nossos filhos?* São José dos Campos: Fiel, 2012.

_____. Pensamentos preliminares direcionados a uma Pedagogia Redentiva. *Fides Reformata*, vol. XIII, Número 2, 1996. São Paulo: Mackenzie, 1996. 125-154 p.

REGA, Lourenço Stelio. Revendo paradigmas para a formação teológica e ministerial. *Revista Teológica*, Ano 3, n. 4 (2001/1), p. 10-35.

RIENECKER, Fritz; ROGERS, Cleon. *Chave Linguística do Novo Testamento Grego*. São Paulo: Vida Nova, 1995.

SANTOS, Valdeci da Silva. *Educação Cristã: conceituação teórica e implicações práticas*. *Fides Reformata*, XIII, n° 2, 2008, p. 155-174.

SAVIANI, Demerval. *Do senso comum à consciência filosófica*. 17. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação*, n° 4, 2005, p. 27-33.

SPEARS, Paul. Introdução à Filosofia. In: ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ESCOLAS CRISTÃS, 2004. p. 11-25.

STOTT, John R. W. Questões contextuais. In: *Os cristãos e os desafios contemporâneos*. Viçosa: Ultimato, 2014. p. 23-102.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. *Gestão de Instituições de Ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VV. AA. *Fundamentos bíblicos e filosóficos da Educação Cristã*. São Paulo: ACSI, 2004.

_____. *Fundamentos da Psicologia da Educação Cristã*. São Paulo: ACSI, 2004.

_____. *Fundamentos pedagógicos da Educação Cristã*. São Paulo: ACSI, 2005.

_____. *Aproximação dos objetivos gerais da LDB para a Educação Básica*: Curitiba, 2014.

_____. *As Políticas Educacionais Brasileiras e a Influência das Teorias Neoliberais*: Fundantes de Phillippe Perrenoud, Jaques Delors e Cesar Coll: Cascavel, 2008.

_____. *Educação Cristã: conceituação Teórica e Implicações Práticas*. São Paulo. *Fides Reformata*, Volume XIII, 2008.

WERTEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

WESTBROOK, Robert B. *et alli* (Org.). *John Dewey*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Coleção Educadores.